

“QUEM ME VIU, VIU O PAI... EU ESTOU NO PAI E O PAI ESTÁ EM MIM” (Jo 14,5-12)

*José Raimundo Oliva**

Resumo

Às diversas religiões, ao longo da história, está sempre associada uma diversidade de místicas, que inspiram a prática de seus fiéis. No presente artigo fazemos uma abordagem sobre algumas características das religiões, no sentido da imagem de Deus que elas evocam. Tendo como referência a imagem do Deus de amor, misericórdia, e vida, refletimos sobre as raízes de uma mística que nos leve à fidelidade a este Deus, tendo em vista que o amor a Deus se concretiza no amor ao nosso próximo, particularmente os mais excluídos e carentes.

Palavras-chave: *Religiões. Mística. Imagem de Deus. Deus de amor. Encarnação.*

Abstract

Throughout history, a variety of mystics is always associated to the several religions in order to inspire the faith of their followers. In this article we analyse, at first, some of the characteristics of these religions focusing on the image of God that they evoke. Having as reference the image of a God of love, mercy and life as reference, we reflect about the roots of one mystic that leads us to a loyalty to that God, having in sight that the love of God is made concrete in the love of our neighbour, specially the excluded and needy ones.

Keywords: *Religions. Mystic. Image of God. God of Love. Incarnation.*

* Teólogo, biblista, assessor do CEBI-PE. E-mail: jraimundooliva@hotmail.com

Introdução

Nossa vida, essencialmente, se desenvolve em uma relação com a natureza e, nela, com os demais humanos, pela mediação fundamental dos nossos cinco sentidos. Através do conhecimento sensível se desenvolve a inteligência e vão sendo coordenados os movimentos pelos quais interagimos com esta natureza e com nosso próximo. Sem dúvida, vale a observação medieval de Tomás de Aquino quando assume o princípio aristotélico de que nada está no intelecto que não tenha passado pelo conhecimento sensível. A própria relação com Deus supõe uma mediação do mundo sensível, embora a essência desta relação se fundamente na fé, que é uma iluminação divina da inteligência.

1. As religiões

As religiões se propõem a mediação desta relação com Deus. O termo religião tem sua origem no latim “*religio*”. Para o escritor cristão Lactâncio (séc. IV dC), a palavra latina “*religio*” tem sua origem no verbo “*religare*”: ligar de novo, estabelecer novo laço. Religião, então, é entendida como a atitude de piedade e devoção que religa, une de novo os homens a Deus. Nas religiões é fundamental a ação dos mediadores desta relação com Deus, os quais atuarão através do culto, com o seu espaço adequado e conveniente, o templo.

As religiões têm um papel importante no mundo, na cultura e na vida dos povos e nações. Os registros arqueológicos e históricos das civilizações mais antigas detectam a presença marcante da dimensão religiosa nestas civilizações e suas culturas.

Hoje, 84% da população mundial está vinculada a uma religião, sendo as três maiores o cristianismo - 31,5%, o islamismo - 23,2%, e o hinduísmo - 15,0%; o judaísmo tem um índice de 0,22%. Os “não religiosos” são 16,3%, dos quais, contudo, 8% se declaram teístas, isto é, acreditam em Deus, porém sem vinculação a alguma religião. Convém destacar que cada religião existe graças ao seu fundador, ou fundadores, sempre carismáticos, e graças aos líderes que dão continuidade às suas propostas, angariando os seus fiéis. O sucesso das religiões depende da acolhida dos fiéis, na medida em que encontram nelas uma resposta às suas aspirações e esperanças. Os fiéis são o terreno fértil onde as religiões desabrocham e se fortalecem.

Pela diversidade das religiões fica em evidência, na condição humana, uma inclinação e uma busca a um ser supremo que, todo-poderoso, seja uma fonte de esperança e segurança, diante da fragilidade do ser humano e das vicissitudes, riscos e males, que são enfrentados na vida. Entre estas religiões existem aquelas que buscam seu fortalecimento a partir de propostas e promessas que encontram eco e acolhida naqueles corações humanos dominados por uma fé individualista,

congregando seus fiéis que têm como meta a sua segurança pessoal, particularmente, na esperança de prosperidade e enriquecimento.

Às religiões se associam as tradições formadas ao longo do tempo e os seus textos sagrados, sempre apresentados como inspirações ou revelações divinas. Os fundadores das religiões, com o seu carisma, propõem formas de relacionamento com Deus. Fundadores e líderes religiosos se consideram e são tidos como inspirados e eleitos por Deus, e, revestidos de poder, se colocam em destaque em relação aos fiéis, em uma relação de privilégios e poder.

Podem-se encontrar nas religiões características diversas, particularmente aquelas que refletem uma projeção dos interesses humanos na divindade, pelo que podem ser caracterizadas como uma “ideologia religiosa”. Neste caso temos os antropomorfismos, característicos das religiões primitivas, muito em evidência nos deuses gregos, do Olimpo, ou romanos, do Panteão, que, podendo ser qualificados como mistificações, refletem ambições terrenas de seus fundadores ou seguidores. Particularmente, podem ser destacadas as guerras religiosas, com seus deuses, como, por exemplo, Ares, na Grécia, e Marte, em Roma, que na realidade são guerras de conquista em vista da acumulação de bens e riquezas. Uma das características antropomórficas das religiões é a prática sacrificial, já em vigor nas religiões mais primitivas, característica que pode ser reconhecida em práticas religiosas em vigor ainda em nossos tempos. A partir da prática do sacrifício de vítimas expiatórias, cujo sangue é derramado, em um processo de catarse alcança-se a libertação de males diversos.

Em qualquer religião é importante saber distinguir e separar as imagens de um Deus de amor, misericórdia, e justiça, das imagens de um deus opressor, violento e injusto, que elege seus privilegiados, os quais prosperam à custa dos oprimidos e explorados.

2. A mística

Às várias religiões associam-se místicas diversas, que têm suas fontes em suas respectivas tradições. Jacques Maritain caracterizava a mística como sendo uma “experiência frutiva do absoluto”. Entre o fim da Idade Média e o início da Idade contemporânea, temos a memória católica de São João da Cruz como um místico por excelência. A mística levava à experiência do êxtase. A característica fundamental da mística era seu caráter de experiência religiosa de modo superior ao conhecimento comum, uma iluminação do mistério divino, com a adesão de vontade ao absoluto, ultrapassando a contingência e a relatividade do mundo que nos cerca. O místico é levado a um estado de conhecimento e compreensão das coisas divinas que eleva a alma e a inteligência a uma compreensão superior das coisas humanas. Podemos falar em uma “mística da contemplação”. Os grandes modelos de místicos eram aqueles que se retiravam para o deserto ou para as clausuras dos conventos.

Com o passar do tempo, com uma maior ênfase na compreensão da fé como empenho na transformação do mundo, o conceito de mística transcendeu o de uma exclusiva experiência pessoal. Assim, fica caracterizada a “mística do compromisso” que move a pessoa a uma prática amorosa: partindo da experiência divina, se é levado ao compromisso efetivo com o resgate da vida plena neste mundo, em comunhão com a criação, particularmente com os mais excluídos e carentes da humanidade. É a mística da vida, que podemos contemplar na prática do amor libertador de Jesus e que é a fonte de esperança que alimenta os que decidem seguir seus passos. Podemos, aí, vislumbrar a mística que está no substrato da teologia da libertação.

Uma mística que não leve à ação amorosa, transformadora e renovadora do mundo, em vista da liberdade, da justiça, da fraternidade e da paz, podemos qualificar como um “misticismo” inconsistente. Em nosso universo de pluralismo religioso podemos reconhecer, também, uma mística que está a serviço da promoção, do poder e enriquecimento dos líderes religiosos, o que podemos considerar como sendo uma “mistificação”. É a “mística da prosperidade”, com suas raízes no Antigo Testamento, com seus templos salomônicos e seus tesouros.

O conceito de mística, originalmente reservado ao universo religioso, passou a ser também usado em uma perspectiva secular, como uma ideia-força, a partir de uma determinada causa, ou instituição, que move a pessoa ao empenho em conquistar um objetivo proposto. No âmbito do capitalismo, por exemplo, podemos assinalar a “mística empresarial”, com seu objetivo de sucesso financeiro. No capitalismo, ainda, com seu “progresso”, encontramos a “mística do consumo”, que leva à “conversão” dos consumidores, pela mudança de seus costumes tradicionais para novos consumos que são mais lucrativos para o capital. É a mística que induz seus fiéis ao culto nos *shoppings*, templos do dinheiro. É no ocidente judaico-cristão que o capitalismo alcança sua plenitude e desenvolve suas guerras de conquista, com superpoderes.

Na perspectiva da filosofia e ciências sociais, pode ser mencionada a “mística histórica”, que busca análises dos acontecimentos, não em verdades eternas, mas na evolução da história da humanidade. Paralelamente, busca-se a relação entre mística e política – interrogando-se sobre como a fé, que nos proporciona a experiência mística, nos move à ação transformadora da sociedade, em vista da justiça, da fraternidade e da paz.

3. Textos Sagrados

As duas maiores religiões do mundo, o cristianismo e o islamismo, têm suas raízes no judaísmo, com seus textos sagrados, sendo, as três, religiões abraâmicas, de caráter monoteísta. No cristianismo, os livros sagrados do Antigo Testamento e Novo Testamento apresentam nuances próprias de cada um.

O Antigo Testamento, em sua maior parte identificado com a Torá do judaísmo, é um conjunto de textos elaborados no contexto do judaísmo pós-exílico, com memórias dos antigos reinos de Judá e Israel. Tem um caráter de “história sagrada”; porém, para a compreensão de suas narrativas é importante conhecer a história de sua redação¹. Nele encontramos a imagem de um Deus amoroso, em favor de seu povo eleito, e de um Deus violento, que extermina os inimigos de seu povo. “Celebrem a Javé com cítara, toquem para ele a harpa de dez cordas. Cantem para ele um cântico novo, toquem com arte na hora da ovação! Pois a palavra de Javé é reta, e sua obra toda é verdade. Ele ama a justiça e o direito, e o amor de Javé enche a terra. O céu foi feito com a palavra de Javé, e seu exército com o sopro de sua boca” (Sl 33). Um dos títulos divinos é “deus dos exércitos” (*Jahweh šebaot* – Is 6,5). No Êxodo, fato fundamental da proteção divina ao seu povo, após as nove pragas que atingiram as águas, as plantas e os animais do Egito, o anjo exterminador mata os primogênitos de todas as famílias do povo egípcio, o qual também era oprimido pelo faraó, e o povo eleito, libertado da opressão, sai em caminhada pelo deserto, em direção à “terra prometida”. Durante esta caminhada, aqueles que murmuram contra Moisés são engolidos, com suas famílias, pela terra que se abre (Nm 16,26-50) ou são mortos por serpentes (Nm 21,5-7). No momento da Aliança, no Sinai, Moisés recebe uma promessa divina: “Vou enviar um anjo na frente de você... Se você lhe obedecer fielmente e fizer tudo o que eu disser, então eu serei inimigo de seus inimigos, e adversário de seus adversários. Meu anjo irá à frente de você e o levará aos amorreus, heteus, ferezeus, cananeus, heveus e jebuseus, e eu os exterminarei” (Ex 23,20-23). A mística da conquista da “terra prometida” se alimenta da mística da vitimação nos sofrimentos no Egito, pela qual o povo eleito fica justificado. São vários aspectos do antropomorfismo presente nos textos, particularmente pela violência divina, manifesta na declaração de que Deus se faz inimigo daqueles que são inimigos do povo eleito. Por estas características, o Êxodo é desqualificado como paradigma da libertação. Sob o aspecto do antropomorfismo, podemos destacar, também, a narrativa da criação do homem e, depois, o arrependimento de Deus decidindo destruir, pelo dilúvio, os homens que criou (Gn 6,5-7), salvando-se apenas um eleito e sua família. O núcleo do caráter antropomórfico no Antigo Testamento é a eleição de um povo particular por Deus. Esta eleição está associada à discriminação e exclusão do diferente, bem como está associada à vocação ao poder e, em consequência, à ambição do dinheiro. À exclusão associa-se a violência, pois o diferente é visto como uma ameaça à identidade pessoal e é tido como “inimigo” que deve ser exterminado. Nos salmos o “inimigo” é mencionado em 86 versículos, distribuídos em 51 salmos.

1. LIVERANI, Mario. *Para além da Bíblia: história antiga de Israel*. Tradução de Orlando Soares Moreira. São Paulo: Loyola, 2008.

No Novo Testamento, dentro da pluralidade de autores dos diversos livros e das comunidades às quais se dirigem, encontramos concordâncias e divergências. Particularmente nos evangelhos, seus autores, partindo de fontes diversas e tendo como destinatários comunidades diversas, apresentam algumas contradições. Por exemplo, em Marcos, Mateus, e João, após a ressurreição os discípulos são orientados pelo ressuscitado para voltarem para a Galileia (Mc 14,28; 16,7; Mt 26,32; 28,7.10; cf. Jo 21,1), enquanto que em Lucas, no momento da ascensão em Betânia, a orientação é a permanência em Jerusalém até que sejam revestidos da força do Alto (Lc 24,49.52). Esta permanência em Jerusalém está associada ao dom do Espírito Santo na celebração judaica de Pentecostes, descrita com uma teofania (At 2,1-4). No evangelho de João o dom do Espírito Santo é feito pelo sopro do ressuscitado sobre os discípulos reunidos, na tarde do dia da ressurreição (Jo 20,21s). Na narrativa de Lucas manifesta-se a inclinação em vincular o acontecimento à tradição do Antigo Testamento.

Nos evangelhos encontramos várias autoproclamações de Jesus, como Filho de Deus ou como messias. Contudo há um consenso de que o núcleo da proclamação de Jesus é a presença do Reino de Deus entre nós; as autoproclamações são elaborações pós-pascuais das comunidades e dos evangelistas, interpretativas da identidade de Jesus.

Podemos caracterizar dois enfoques fundamentais, bem distintos, nos evangelhos: um deles é o que destaca o caráter humano de Jesus, em seu convívio amoroso com as pessoas, as multidões, os discípulos, seus opositores, sua família; o outro é o que destaca o caráter messiânico de Jesus, predestinado a cumprir um papel já anunciado no Antigo Testamento, como um ungido davídico, o “cristo”. O primeiro enfoque se relaciona diretamente com o acontecimento da encarnação do Filho de Deus, Jesus de Nazaré. Sob este enfoque podemos desenvolver a “mística da encarnação”. O outro enfoque está associado à morte e ressurreição de Jesus Cristo, prevalecendo o caráter sacrificial e o *status* glorioso do Cristo; com este enfoque desenvolve-se a “mística cristológica”.

Nos textos do Novo Testamento podemos dar um destaque especial às cartas paulinas. Nestas cartas e, também, nas narrativas de Atos dos Apóstolos, podemos visualizar um perfil de Saulo, depois Paulo, de Tarso. A conversão de Saulo, depois de agir como um perseguidor e torturador dos discípulos de Jesus (At 26,9-11), acontece a partir de uma visão do ressuscitado, conforme 2Cor 12,2-4 e At 9,3-6; 22,6-11. A partir de seu êxtase, Saulo, já em Damasco, insistia em provar aos judeus que Jesus era o Cristo (At 9,22; cf. 18,5). Pode-se perceber a influência de Saulo a partir da narrativa de Atos, na qual é em Damasco que, depois da sua chegada, trazido por Barnabé, os discípulos, pela primeira vez, são chamados cristãos (At 11,25s). O termo “cristo” tem sua origem no grego, “*christós*”, cujo significado é “ungido”, tendo como sinônimo “messias”, originário do termo correspondente em hebraico, “*mašīah*”. “Cristo”, originalmente um título atribuído aos reis de Israel, passa a ser o nome próprio de Jesus.

A Paulo não interessa Jesus em seu convívio com sua família, com os discípulos, e com as multidões, mas sim o Cristo ressuscitado: “Assim que, daqui por diante, a ninguém conhecemos segundo a carne; e, ainda que também tenhamos conhecido Cristo segundo a carne, contudo, agora, já o não conhecemos desse modo” (2Cor 5,16). Paulo só reconhece a revelação no ressuscitado. Fica descartada a revelação de Deus na humanidade de Jesus, “segundo a carne”, em vista de uma nova revelação, no ressuscitado, prevalecendo a perspectiva sacrificial do sangue derramado na cruz, com o mérito da ressurreição e da filiação divina.

Jesus, nascido de mulher (Gl 4,4), é tornado/constituído (*‘oristhentos*) Cristo, filho de Deus, por sua morte sacrificial e pela sua ressurreição (Rm 1,4), agora em plena glória: “O poder de Deus se manifestou em Cristo, ressuscitando-o dos mortos e pondo-o à sua direita nos céus, acima de todo principado, e poder, e potestade, e domínio, e de todo nome que se nomeia, não só neste século, mas também no vindouro. E sujeitou todas as coisas a seus pés e, sobre todas as coisas, o constituiu como cabeça da Igreja” (Ef 1,20-22). Esta imagem cristológica, extraída da tradição do messias davídico, inspirou a celebração da solenidade de Cristo Rei, no último domingo do ano litúrgico, após o qual se inicia com o Advento e o Natal. Pode-se perceber que foi esta perspectiva cristológica que favoreceu a parceria da Igreja com o imperador Constantino, no início do século IV.

Em Atos dos Apóstolos, na narrativa sobre o preenchimento da vaga deixada por Judas, consta que para pertencer ao grupo dos apóstolos, conforme o critério apresentado por Pedro deveria ser alguém que tivesse convivido com Jesus desde o batismo de João até o fim de seu ministério (At 1,21s). Paulo, por sua vez, afirmando a sua visão do ressuscitado, “no corpo ou fora do corpo” (2Cor 12,2), reivindica o título de apóstolo alegando ter recebido seu apostolado diretamente de Deus (1Cor 1,1; 9,1; 2Cor 1,1; Gl 1,1.15-19). Nas cartas paulinas encontramos várias referências nas quais Paulo menciona o “meu evangelho” (Rm 2,16; 16,25; Gl 1,8; 1,11; 2,2; 3,8; 1Cor 15,1; 1Ts 2,4). Paulo inaugura o termo “evangelho” como anúncio do Cristo ressuscitado, utilizando o mesmo termo que era corrente no helenismo, sob o Império Romano, e que significava o anúncio de uma boa-nova do imperador, por exemplo: uma visita do mesmo, ou o nascimento de um herdeiro, ou outros. Nas cartas paulinas este termo aparece 71 vezes. No “evangelho” de Paulo é exclusivo o anúncio do ressuscitado. Não há nenhuma sinalização à revelação de Deus em Jesus de Nazaré, resgatada, posteriormente, por Marcos, e presente no evangelho de João, a partir da encarnação do Verbo, afirmada em seu prólogo.

4. A Mística da encarnação

A encarnação é o resgate e a valorização da dignidade humana, na revelação do amor como o fundamento da vida e da comunhão com Deus em sua vida divina, plena e eterna.

No evangelho de João temos evidências da revelação de Deus em Jesus, em sua vida terrena. Além da encarnação do Verbo anunciada no prólogo (Jo 1,12-14), temos nas palavras de despedida na última ceia a fala de Jesus a Filipe, “quem me viu, viu o Pai” (Jo 14,8s), bem como o novo mandamento anunciado para o grupo, “amai-vos uns aos outros como vos amei” (Jo 13,34; 15,12). “Quem me viu, viu o Pai” significa que a revelação do Pai acontece na humanidade de Jesus, na história de sua vida, em seu testemunho junto à sua família, aos seus discípulos, às multidões, e sua vida é o exemplo do amor a ser imitado. E, no amor, estamos já neste mundo em comunhão com Deus: “Deus é amor, quem permanece no amor permanece em Deus e Deus permanece nele” (1Jo 4,1).

Podemos, nos evangelhos, vislumbrar a face de Jesus, não como em uma biografia, embora os seus textos assim aparentem. Percebemos na sua prática e em seus ensinamentos, particularmente nas bem-aventuranças, orientações para um bom viver, fraterno, pacífico, amoroso. E é na atualidade desta prática amorosa que encontramos Jesus e vivemos em comunhão com o Pai. Contemplamos Jesus convivendo, na simplicidade, no meio do povo, ensinando, dialogando, tocando e deixando-se tocar. As narrativas de suas curas são indicativas de sua prática libertadora. O significado destas narrativas de curas de Jesus fica bem claro na passagem em que Jesus reenvia de volta os discípulos de João Batista, com o recado: “Ide e anunciai a João as coisas que ouvís e vedes: os cegos veem, e os coxos andam; os leprosos são limpos, e os surdos ouvem; os mortos são ressuscitados, e aos pobres é anunciado o evangelho (Mt 11,4s). Estas narrativas de curas exprimem a prática libertadora de Jesus. No seguimento de Jesus, o empenho na libertação é para a restauração da vida, para a alegria, a partilha, o serviço e o amor que, por Jesus, com Jesus e em Jesus é comunhão com o próprio Deus.

A grande novidade do Reino é a presença de Jesus em nossas vidas, na simplicidade, na humildade, na fragilidade, muito semelhante a nós e ao nosso próximo, principalmente aos mais excluídos e empobrecidos. “Eu tive fome e destes-me de comer; tive sede e destes-me de beber; era estrangeiro e hospedastes-me; estava nu e vestistes-me; adoeci e visitastes-me; estive na prisão e fostes ver-me” (Mt 25,35s).

Somos chamados à comunhão de vida com os excluídos, tanto nas relações pessoais como nas relações sociais, na construção de um mundo de fraternidade e justiça. Os bens da criação são para todos, e não podem ser retidos por alguns ambiciosos, que os acumulam na injustiça; a partilha dos bens é uma questão social e política. A salvação, o Reino de Deus, deve realizar-se neste mundo por atos de amor e de justiça.

Em Jesus é assumida toda a humanidade, toda a natureza e o cosmos. Jesus é a nova criatura, no qual todos os valores humanos são assumidos e eternizados, e pelo qual todo o mundo é renovado. Em Jesus brilha a luz da aurora de um mundo novo. É a luz da vida divina que se comunica a homens e mulheres no amor e na misericórdia. É a luz que dissipa as trevas dos poderosos que com seus

projetos ambiciosos e seu mercado macabro são executivos da fome e da guerra e fabricantes da morte.

Em Jesus, Deus revela que a dignidade da humanidade não está nos tradicionais valores de poder e sucesso, mas no amor que se doa e comunica vida. Em Jesus se realiza o projeto de Deus de comunicar sua vida divina e eterna às suas criaturas, homem e mulher, transformando o mundo pelo amor, praticado na vida comum do dia a dia, trazendo a paz e a vida plena para todos. Fica assim, em evidência, que a encarnação é o acontecimento salvífico, pelo qual Deus, fazendo-se humano, assume a humanidade na condição divina e eterna.

A comunhão de amor com Jesus leva à renúncia aos projetos de realização pessoal segundo os critérios comuns da sociedade, iludida pelas ofertas de sucesso propostas pelos poderosos deste mundo, que a exploram. Os critérios de valor a partir da ótica do amor de Deus são incompatíveis com os critérios do mundo de privilégios, riqueza, e poder. Em oposição à ambição do poder, Jesus vem dar o testemunho e a todos conquistar para uma prática de vida amorosa, de serviço e fraternidade, tendo como objetivo o pleno desabrochar da vida.

Em Jesus, simples, humilde e vulnerável à morte, mas que chama todos à participação na sua vida divina e eterna, temos a revelação do amor vivificante que acolhe a todos, unidos por laços de igualdade e fraternidade. É o amor que quer libertar o opressor de sua ideologia de dominação, e quer libertar o oprimido de sua exclusão. Seguir a Jesus é servir, como ele nos serviu. No serviço aos empobrecidos e excluídos, aos famintos, sem teto, doentes, desempregados ou presos, estamos servindo o próprio Jesus.

A revelação do Reino provoca uma subversão de valores no mundo. Os valores de poder e dinheiro são rejeitados, vigorando agora, como valores supremos, o amor, a liberdade, a vida e a paz. O conhecer a Deus é aderir e ter a experiência destes valores. Aos pobres e pequeninos, não apegados às riquezas, é dado o conhecimento de Deus. A revelação de Jesus é para todos que, no mundo, têm fome e sede de justiça, e são solidários com os pobres, pequeninos e excluídos. Somos chamados à comunhão de vida com Deus no seguimento de Jesus em sua prática libertadora, amorosa e vivificante, pois ele é o Filho único que a todos dá a vida eterna.

Em Jesus, Deus manifesta seu infinito amor. É o amor que se manifesta na promoção da vida, na justiça, na partilha dos bens e distribuição das riquezas acumuladas, no resgate da dignidade humana, na superação de toda exclusão, carência, pobreza e miséria.

José Raimundo Oliva
Rua Tabatinga, 84 – Cordeiro
50640-210 Recife, PE
jraimundooliva@hotmail.com

Bibliografia

FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil Asher. *The Bible unearthed*. New York: Touchstone, 2002. (*E a Bíblia não tinha razão*. São Paulo: Ed. Girafa; edição esgotada).

GARAUDY, Roger. *Deus é necessário?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

GARBINI, Giovanni. *History and ideology in ancient Israel*. London: SCM Press Ltd, 1997.

LIVERANI, Mario. *Para além da Bíblia, História antiga de Israel*. São Paulo: Paulus Editora, 2008.

OLIVA, José Raimundo. Do Cristo a Jesus de Nazaré – Batismo e cidadania. *Estudos Bíblicos*, n. 79, p. 88-100. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

RICHARD, Pablo. *O movimento de Jesus depois da ressurreição*. Uma interpretação libertadora dos Atos dos Apóstolos. São Paulo: Ed. Paulinas, 1999.

VV.AA. *A Bíblia pós-moderna*. Bíblia e cultura coletiva. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

VV.AA.; GUNDRY, Stanley (org.). *Deus mandou matar?* 4 pontos de vista sobre o genocídio cananeu. São Paulo: Editora Vida, 2006.

VV.AA.; VIGIL, José Maria (org.). *Descer da cruz os pobres*: Cristologia da libertação. São Paulo: Ed. Paulinas, 2007.